

## Empregados saem às ruas contra a entrega da CEDAE em Niterói

### Alerj quer respeito às decisões da Casa

As declarações feitas pelo presidente da CEDAE, Alberto José Mendes Gomes, admitindo à imprensa a possibilidade de entregar os serviços de Saneamento à prefeitura de Niterói, viabilizando, assim, a transferência da SURLE ao setor privado, provocaram, no último dia 26 de julho, uma greve de 24 horas na CEDAE. O movimento, envolvendo cerca de 90% dos empregados da Companhia, ganhou rapidamente as ruas de Niterói, numa passeata pacífica em defesa da preservação da CEDAE pública, culminando com um Ato Público na porta da Prefeitura, onde os manifestantes exigiam ser recebidos pelo prefeito Jorge Roberto Silveira. Presentes à manifestação organizada pelos sindicatos da categoria, diversos deputados exigiram respeito à decisão da Alerj que retirou a CEDAE do Programa Estadual de Desestatização.

Páginas 4 e 5

Claudionor Santana



## Deputados protestam e criam novas salvaguardas para a CEDAE

Em sessão bastante concorrida e tumultuada, no último dia 3/08 (data de fechamento desta edição), a deputada Solange Amaral apresentou um projeto de lei que coloca em "xeque" a política de Saneamento do governo Garotinho. Pelo projeto ( n.º 173/99), fica estabelecida como competência exclusiva e responsabilidade intransferível do Estado do Rio de Janeiro a execução das atividades de Saneamento Básico. Em seu parágrafo único, o projeto da líder do PFL diz que os serviços de Saneamento serão exercidos exclusivamente pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro - CEDAE -, criada pelo decreto 168/75. Ovaciona-

da pelas galerias lotadas, a deputada pediu ao presidente da ALERJ, deputado Sérgio Cabral, do PMDB, que o projeto - que já foi aprovado por todas as comissões da Casa - seja votado em regime de urgência. Imediatamente, o deputado Sérgio Cabral marcou a votação para a terça-feira seguinte (10/08).

Ao discursar, Sérgio Cabral elogiou o projeto de Solange Amaral, afirmando que a ALERJ se sente traída pela mudança de opinião do governador Anthony Garotinho, que, após eleito, recebeu todo o apoio da Assembléia, retirando a CEDAE do Programa Estadual de Desestatização, por entender que esta era a vontade da popula-

ção do Rio de Janeiro, que elegeu Garotinho governador. Além do presidente da Casa, praticamente todas as lideranças políticas se manifestaram, protestando contra a posição ambígua do governador Garotinho com relação à privatização da Empresa. A tônica dos discursos foi a "traição" do governador - que mudou de opinião e agora acena com a possibilidade de vender a CEDAE. Protestaram contra o governador, entre outros, o líder do PT, deputado Carlos Minc, o líder do PMDB, deputado Henry Charles, o líder do PC do B, deputado Edmilson Valentim, além do deputado pastor Mário Luiz, do PFL.



# Privatização lesa os interesses do povo

## Patrimônio da CEDAE está registrado em cartório desde o século passado

Jornal da ASEAC  
ASEAC

Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE

Rua Sacadura Cabral, 120, Sala 601/602/607 e 902  
Telefones 263-6240 / Telefax: 253-7482  
Home Page: aseac.com.br  
E-mail: aseac1@ism.com.br

### DIRETORIA EXECUTIVA

**Diretor Presidente**  
Dario Mondego  
**Diretor Vice-presidente**  
Paulino Cabral da Silva  
**Diretor Administrativo**  
Júlio César de O. Antunes  
**Diretor Financeiro**  
Edson Reis da Silva  
**Diretor de Comunicação**  
Jaime Dutra Noronha  
**Diretor Técnico**  
Márcio de Melo Rocha  
**Diretor Social**  
Antônio Carlos Álvares Grillo  
**Diretor Representante dos Aposentados**  
Walcyr Goulart Mariosa  
**Diretor Adjunto**  
João Benedito Lorenzon Mello

### CONSELHO DIRETOR

**Representante dos Administradores**  
Sérgio Rego Rodrigues  
**Advogados**  
Sueli Kolling Turano  
**Analistas de Sistemas**  
César Lima da Graça  
**Arquitetos**  
Júlio Celso Bragança Gil  
**Aposentados**  
Armando Costa Vieira  
Edson Bittencourt Rosa  
Eliana Glória Peixoto  
Leon Ambram  
Maria Carmem M. M. Almeida  
**Contadores**  
Sérgio Pereira  
**Demais Categorias**  
Evandro Rodrigues de Brito  
**Economistas**  
Pedro Evandro Ferreira  
**Engenheiros**  
Álvaro Henrique C. Verocai  
Clóvis Francisco do Nascimento Filho  
Jonathas Ferreira Filho  
Márcio de Melo Rocha  
Renato Guerra Marques  
**Sócios Aspirantes**  
Júlio César de Oliveira Antunes

### CONSELHEIROS NATOS

Antônio Inácio da Silveira, Walnyr Bitencourt de Oliveira, Emy Guimarães de Lemos, João Carlos do Rego Pinto, Renato Lima do Espírito Santo, Carlos Henrique Soares de Menezes e Jaime Dutra Noronha.

### CONSELHO FISCAL

**Efetivos:** Aloísio Souza da Silva, Alberto Burd e Gerson Pereira L. Nascimento. **Suplentes:** Antônio Bastos de Oliveira, Jorge Rodrigues Leitão e Leon Ambram.

### Produção e Edição

Planin-Assessoria de Comunicação  
Tels: (021) 220-5930/524-0890

### Jornalista Responsável

Carlos Emiliano Eleutério  
MTB: 12.524/RJ

Diagramação e Editoração Eletrônica  
Planin Assessoria de Comunicação

Edição Julho de 1999

Tragem: 2.000 exemplares

Praticamente todo o patrimônio da CEDAE em Niterói pertence ao governo do Estado - o que obriga o município a indenizar a Empresa, caso desta vir a ser privatizada. A constatação é parte de um levantamento feito pela ASEAC sobre o histórico do Saneamento Básico daquele Município. Aliás, no último dia 28 de julho, o presidente da ASEAC, Dario Mondego, e o vice, Paulino Cabral da Silva, entregaram documento ao presidente da CPI que apura irregularidades no processo de privatização da CEDAE, deputado Henry Charles. A ASEAC entregou o documento também a diversos outros parlamentares, entre os quais, o deputado Paulo Ramos, do PDT, que apesar de ser do partido do governador, mantém a sua posição contrária à privatização da CEDAE.

De acordo com o levantamento da ASEAC, o histórico comprova que a privatização não é a melhor solução para o Saneamento, pois, no caso de Niterói, desde o século XIX os serviços de Saneamento foram privatizados por diversas vezes, sem que a iniciativa privada tenha encontrado uma solução para atender com qualidade a população local.

Entre outras questões, o documento comprova que os serviços de Saneamento de Niterói já foram também municipalizados, no início do século, por volta de 1913. Naquela ocasião, segundo o documento, "pela primeira vez na história do Saneamento do Município, a Prefeitura passou a gerenciar o serviço de água e esgotos, que fora municipalizado, com direito ao uso e gozo dos bens e direitos que o Estado lhe transferia". Pelos documentos obtidos pela ASEAC, a prefeitura pagou pela transferência, mas não se tornou proprietária dos bens e servi-

Foto: Lewi Moraes



O dep. Henry Charles já recebeu as provas de que todo o patrimônio em Niterói pertence ao Estado

ços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Em 1941, de acordo com a escritura de concessão registrada no Cartório do 6º Ofício, a prefeitura de Niterói transferiu os serviços para a iniciativa privada, firmando contrato com a empresa Dahne, Conceição e Cia. Pelo levantamento feito pela ASEAC, na ocasião, a prefeitura de Niterói cedeu os bens que o Estado lhe dera para "uso e gozo" à concessionária privada. Em 1944, a Dahne, Conceição e Cia faliu, e o governo federal incorporou ao patrimônio nacional o acervo dos bens e direitos da empresa. Mais uma vez, em outubro de 1944, a prefeitura transferiu os serviços de Saneamento para a Companhia Brasileira de Água e Esgoto de Niterói S/A - que passou a utilizar o acervo do Estado e do Município, incorporados

ao patrimônio nacional, em face da falência da Dahne. Aliás, o documento comprova que, em 1946, o governo federal transferiu todos esses bens do Patrimônio Nacional para o Estado do Rio de Janeiro. Nessa ocasião, em janeiro de 1946, o governo do Estado, passou a administrar o saneamento em Niterói e São Gonçalo. Já em 1952, o governo do Estado assinou convênio com o município de Niterói para concessão dos serviços de Saneamento, que seriam gerenciados pela Comissão de Águas e Esgotos. Em 1972, um novo convênio era assinado entre Niterói e a Companhia de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro - SANERJ. Mais tarde, com a fusão do antigo Estado do Rio com o Estado da Guanabara, foi criada a CEDAE, que administra até hoje o Saneamento em Niterói.

## Concurso escolhe nova logomarca

A ASEAC quer dar cara nova à sua logomarca, que será escolhida através de concurso entre os associados e empregados da CEDAE (trabalhadores e aposentados), que vem participando da luta contra a privatização do Saneamento de braços dados com a direção da Entidade.

Foi com o objetivo de marcar esse momento e perpetuar sua imagem, que a direção da ASEAC decidiu lançar o concurso, comemorativo ao seu XIX aniversário. A idéia vencedora será o símbolo da luta que a Entida-

de vem liderando, fazendo parte permanente da "batalha" em defesa do Saneamento Básico Público.

Nos últimos anos, a ASEAC desenvolveu um novo perfil, fruto dessa resistência, e experimentou intensos desafios jurídicos e ações político-partidárias no mais alto nível, sem se curvar a qualquer tipo de interesse ou pressão. Como resultado, conquistou o respeito e a credibilidade junto aos seus associados e à sociedade civil, de maneira geral, no plano técnico, político e jurídico.

As inscrições já estão abertas e os trabalhos deverão ser entregues até o próximo dia 18 de agosto. O resultado será divulgado em um coquetel a ser realizado no dia 30 de agosto, na sede da ASEAC. Serão premiadas as três melhores logomarcas, respectivamente, com os seguintes prêmios: um fim de semana no hotel Porto Belo (Angra dos Reis), um TV Color 14"; e uma bicicleta Mountain Bike. O regulamento está à disposição dos interessados na sede da ASEAC.



# “Lavando as mãos”, como Pilatos

É assim que Antony Garotinho está se comportando com a Niterói, de Jorge Roberto da Silveira. Finge que não vê a ilegalidade e faz cumprir um convênio assinado entre aquele prefeito e o ex-governador Marcello Alencar:

- Não pode fazer nada! Entregaram-lhe o governo com esse hiato para cumprir!

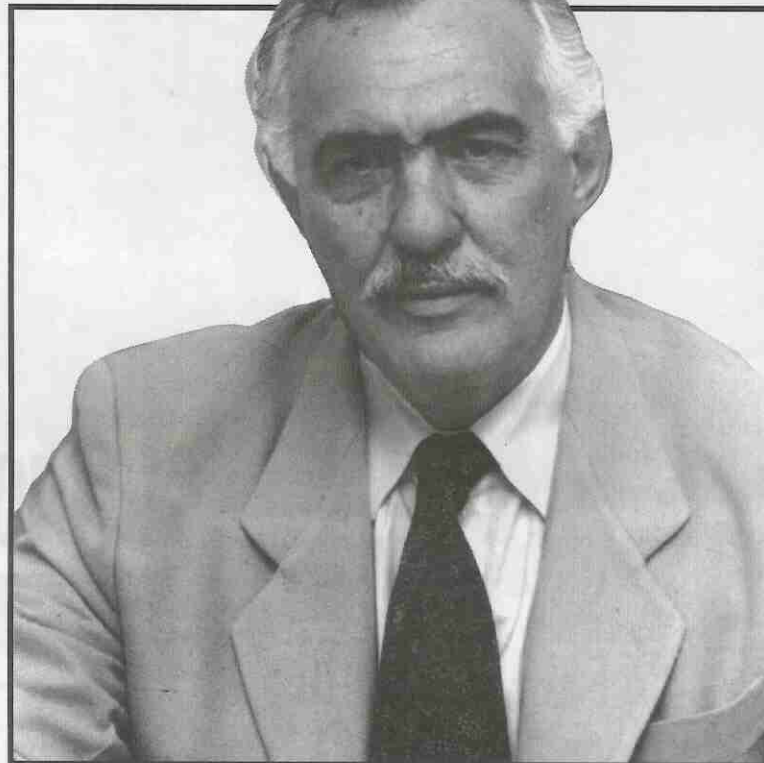
Se pelo menos fosse um outro prefeito e de outro partido, quem sabe ele não veria a ilegalidade?

A história cristã narra o dilema de Pilatos. No momento em que ele teve de escolher quem deveria morrer crucificado, ele optou por salvar Barrabás e mandou crucificar Jesus Cristo. Pilatos tinha em suas mãos a possibilidade de salvar Jesus, mas ao invés de fazê-lo, simplesmente, “lavou as mãos”. E aí nos surge uma pergunta, por quê? O que Pilatos tinha contra Jesus? Nada. Mas ocorre que, naquele momento, Pilatos ocupava um cargo político - o de governador de Jerusalém, um estado do Império Romano. Ora, o Império Romano tinha interesse na morte de Jesus, pois este falava em liberdade eterna e acolhia os pobres. Logo, a decisão de Pilatos de crucificar Jesus Cristo foi política. Teve o objetivo de não desagradar ao Imperador, não teve qualquer conotação religiosa.

Hoje, os governantes das cidades brasileiras e dos estados sofrem um dilema parecido com o de Pilatos. Precisam de recursos para governar, mas têm uma dívida com o governo federal e este, por sua vez, tem uma dívida com o Império Capitalista, que impede a todos de respirar. Aqui, no Estado Brasil há uma Trindade, ao passo de que em Jerusalém o entendimento era feito diretamente entre o Imperador e o governador. Aliás, como Roma, capital do antigo Império Romano, Brasília coloca condições difíceis de serem cumpridas. Por sua vez, o Império Capitalista, a procura do lucro líquido e certo, impõe uma política - batizada de neoliberal - onde se privatiza, ou seja, entrega-se a Ele, todas as empresas de serviços públicos, que geram lucros devido à sua essencialidade e estatiza-se o prejuízo.

Como está colocado qual é a capital do Império Capitalista? Pode ser Washington. Ou quem sabe, Brasília. Mas, por quê não Londres? Talvez, Paris? Com certeza, em Jerusalém, era mais fácil identificar Roma como a responsável pelo regime escravocrata - que sustentava o Império Romano. No mundo de hoje, globalizado e neoliberal, é mais difícil, mas de qualquer forma o dilema persiste. Jesus ou Barrabás?

É esta pergunta que queremos fazer a dois governantes de nosso Estado: o governador Anthony Garotinho - que foi eleito, tendo como uma de suas principais bandeiras a luta pelo Saneamento público, e o prefeito de Niterói, Jorge Ro-



berto da Silveira. Ambos são da nova geração do Partido Democrático Trabalhista - PDT - que, no panorama nacional, contesta a política de privatizações dos serviços públicos, imposta pelo governo federal, que, além de um desemprego crescente, conseguiu a proeza de aumentar os custos e piorar consideravelmente os serviços de telefonia e energia elétrica, entre outros.

No caso do Saneamento, a questão é mais grave, pois envolve a saúde da população, envolve a saúde de milhares e milhares de cidadãos - que vivem permanentemente presos à cruz do desemprego e/ou do subemprego, da falta de serviços decentes de saúde e educação.

Anthony Garotinho afirmou em sua campanha que a CEDAE não seria privatizada. A grande maioria da população deste Estado, que é contra a atual política de privatização dos serviços públicos, acreditou nele. Votou nele. E por isso, hoje, se sente orfã, pois o seu posicionamento ambíguo de entregar à CEDAE em Niterói faz com que desconfiemos de suas intenções. E como desconfiar de alguém a quem confiamos o nosso voto não é bom, resolvi que o melhor era perguntar diretamente ao presidente da CEDAE:

- Quais as reais intenções do governo do Estado com relação a CEDAE e em, particular, a Niterói? Naquele momento, estávamos assustados com as declarações do presidente da CEDAE de que estaria discutindo com o prefeito e a Empresa privada Águas de Niterói o quanto a CEDAE cobra-

ria pela venda de água tratada ao município.

Qual não foi a minha surpresa quando o presidente da CEDAE, em entrevista gravada ao Jornal da ASEAC, afirmou que a proposta do governador do Estado é transformar a CEDAE em uma empresa produtora de água, responsável pelo esgotamento sanitário. Essa empresa teria subsidiárias de economia mista, com participação acionária do Estado, município e iniciativa privada. Na sua entrevista, ele afirmou que essa é a idéia, que está sendo discutida pelo Grupo de Programas Estratégicos, presidido pelo economista Ranulpho Vidigal Ribeiro - que está estudando a questão do Saneamento no Estado.

Mas o interessante é que ao depor, na Assembléia Legislativa, na Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga irregularidades para a privatização da CEDAE, o presidente da Empresa sonogou essas informações. Embora, tenha sido perguntado sobre a questão.

Como Pilatos, nos parece que o governador Garotinho perdeu a grande oportunidade de crescer. Talvez, a sua atitude seja apenas um reflexo das promessas do Imperador FHC de lhe liberar R\$ 5 bilhões adiantados - recursos do BNDES - se ele privatizasse a CEDAE. Talvez, ele não tenha se conscientizado de que não basta dizer-se cristão, é preciso agir como cristão. Entretanto, Garotinho age como Pilatos, esquecendo-se de defender os interesses da população mais pobre deste Estado, que confiou nele. Há dois mil anos, o dilema é o mesmo: Jesus ou Barrabás, governador?

Em Brasília, com certeza o Imperador FHC deve estar se divertindo.

- Afinal, se este Garotinho tem pretensões políticas por quê não sepultá-las? Aliás, como já fiz com o outrora governador do Espírito Santo, Victor Buaiz, do Partido dos Trabalhadores.

Como uma cajadada só, o Imperador FHC mata dois coelhos: Jesus Cristo e o governador.

Dario Mondego  
 Presidente



# Garotinho transforma compromissos de campanha em Trabalhadores reagem com pa

A CEDAE praticamente parou no último dia 26 de julho, quando cerca de 90% dos empregados da Empresa, lotados nos municípios do Rio de Janeiro, Niterói e Campos, fizeram uma greve de 24 horas contra a tentativa de privatização da Companhia em Niterói. Durante a greve, mais de mil empregados da CEDAE se dirigiram a Niterói, onde fizeram uma passeata, por cerca de seis quilômetros pelas ruas da cidade, em direção à sede da prefeitura, onde realizaram um Ato Público para protestar contra a anunciada venda da outorga dos serviços de Saneamento local.

A greve foi provocada pelas declarações do presidente da CEDAE, Alberto José Mendes, ao jornal "O Fluminense", do último dia 18 de julho, de que o Estado iria entregar os serviços de Saneamento de Niterói à prefeitura, para que esta privatizasse a Companhia. A afirmação do presidente da CEDAE provocou um clima de revolta nos trabalhadores, que se sentiram traídos pelo governador Garotinho - eleito com a bandeira de não privatizar a CEDAE.

## Incoerência total

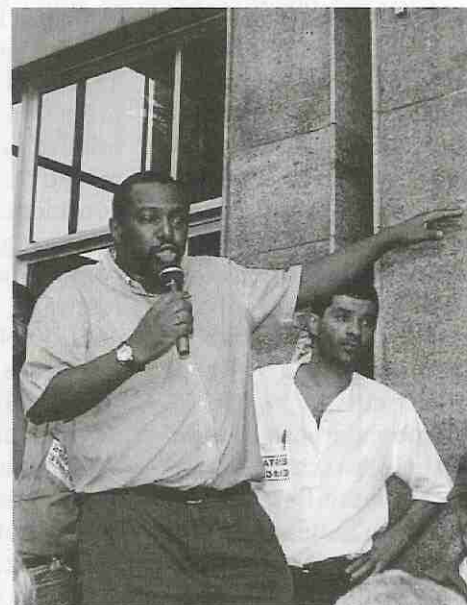
Segundo o presidente do Sindicato dos Urbanitários, Aldanir Carlos dos Santos, de 37 anos, os trabalhadores da CEDAE consideraram uma incoerência total a proposta de privatização do Saneamento em Niterói: "Ora, os partidos que compõem a coligação - que elegeu Anthony Garotinho governador do Estado - são contra a privatização dos serviços públicos. E o PDT, o partido dele, também é contra. Logo, após a sua eleição, estávamos tranqüilos, pois pensávamos que não precisaríamos mais lutar contra a privatização da Empresa - o que não significa que não estivéssemos preocupados em lutar pelo seu fortalecimento e melhoria dos seus serviços". Para Aldanir, as declarações do presidente da CEDAE colocaram em suspeição o posicionamento do próprio governador:

"Gostaríamos que o governador Garotinho externasse publicamente a sua posição com relação a CEDAE. Na verdade, não dá para entender que o prefeito Jorge Rober-

Fotos: Claudionor Santana



Os empregados da CEDAE saíram em passeata pelas ruas de Niterói para protestar contra a entrega do Saneamento ao setor privado. Em frente à prefeitura,



Aldanir dos Santos, Presidente do Sind. dos Urbanitários, acha incoerente o ato do prefeito

to da Silveira, do mesmo partido do governador, seja o primeiro a querer privatizar os serviços de Saneamento. Isto considerando-se, como já falei, o posicionamento contrário do PDT à política de privatização dos serviços públicos".

A passeata e a greve, explicou o líder sindical, foram a maneira que os trabalhadores encontraram para

pressionar e serem recebidos pelo prefeito Jorge Roberto da Silveira: "O objetivo era explicar ao prefeito de Niterói os riscos de privatização dos serviços de Saneamento, mas como este estava viajando, fomos recebidos pelo chefe de gabinete do prefeito, Hamilton Pitanga". Além dos trabalhadores, vários parlamentares da Frente Parlamentar em Defesa da CEDAE também participaram da reunião com o chefe de gabinete do prefeito que, após ouvir os trabalhadores e os deputados estaduais, pediu que fizessem um resumo escrito de todas as questões colocadas, que este o entregaria ao prefeito Jorge Roberto assim que ele retornasse da viagem que estava fazendo à Alemanha. O documento - assinado pela Federação Nacional dos Urbanitários, Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto de Niterói, Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto de Campos, Sindicato dos Urbanitários do Rio, Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio, Sindicato dos Administradores do Rio de Janeiro, Associação Fluminense de Água e Esgotos de Niterói, Associação dos Empregados de Nível Universitário

da CEDAE e CREA-RJ - foi entregue pelo vice-presidente da ASEAC, Paulino Cabral da Silva, na quinta-feira, dia 29 de julho, às 19 horas. Até o fechamento desta edição (dia 03/08), o prefeito de Niterói não havia se manifestado com relação ao documento.

## Situação constrangedora

Um dos responsáveis pela formação da Frente Parlamentar em Defesa da CEDAE, o deputado Paulo Ramos, do PDT, durante o encontro com o chefe de gabinete do prefeito, Hamilton Pitanga, e os diversos representantes dos trabalhadores da CEDAE, se disse constrangido de assumir o posicionamento de cobrar de um prefeito de seu partido que assumisse o ideário do PDT e se posicionasse contra a privatização do Saneamento: "Eu lamento toda essa situação, até porque considero que o prefeito Jorge Roberto da Silveira é um importante nome nacional do PDT". Aliás, apesar das declarações do presidente da CEDAE ao jornal "O Fluminense", o parlamentar pedetista, reafirmou na reunião que o governador Anthony Garotinho é contra a



# brincadeira de criança. privatização de 24h



fizeram um Ato Público, com a presença de diversos deputados, inclusive do PDT, contrários à privatização

privatização da CEDAE.

Paulo Ramos disse ainda que com aquela decisão o prefeito estava contrariando 80% dos deputados estaduais - que se comprometeram, através da Frente Parlamentar em Defesa da CEDAE - a lutar contra a privatização da Empresa.

Além do deputado Paulo Ramos, participaram da reunião vários outros parlamentares, entre os quais, o deputado Edmilson Valentim, do PC do B - que coordenou a mesa -, o deputado Carlos Sant'Ana, do PT, e o deputado Henry Charles, líder do PMDB e presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - que apura irregularidades na privatização da CEDAE.

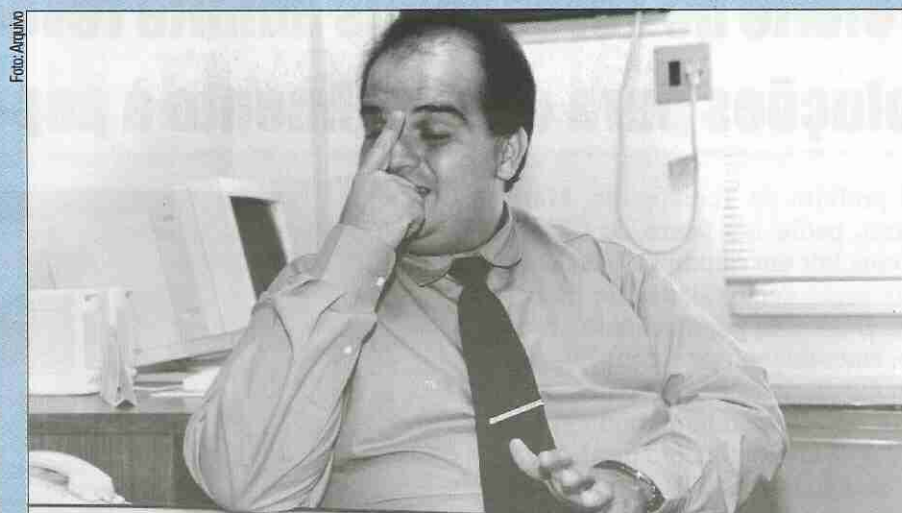
O deputado Carlos Sant'Ana lamentou ter ido à Niterói discutir com o prefeito de Niterói, Jorge Roberto da Silveira, filho do ex-governador Roberto da Silveira, a privatização da CEDAE. Paralelamente, exaltou as ações políticas do ex-governador Roberto da Silveira, que sempre defendeu os interesses dos trabalhadores, tendo se tornado um grande líder político da população menos favorecida do antigo Estado do Rio e dos trabalhadores.

## Líderes dos trabalhadores protestam

Além dos parlamentares, diversos líderes dos trabalhadores da CEDAE também falaram na reunião, criticando o posicionamento do prefeito de Niterói, favorável à entrega dos serviços de Saneamento à iniciativa privada. Para o presidente do Sindicato de Niterói - o Campista - a atitude de Jorge Roberto da Silveira representa um retrocesso social, considerando-se os danos que as privatizações dos serviços públicos causaram em outros países e também no Brasil: "Aqui em nosso país, as privatizações, entre outros malefícios, trouxeram o desemprego".

Já o vice-presidente da Associação Fluminense dos Trabalhadores de Águas e Esgotos colocou a importância de que se analise a questão operacional da distribuição de água, considerando-se, em primeiro lugar, que Niterói não tem uma fonte de abastecimento própria e depois as dificuldades que esta privatização poderá trazer para o abastecimento do município de São Gonçalo. Também o presidente da ASEAC, Dario Mondego, falou aos presentes, explicando que o Saneamento já foi privatizado em Niterói por várias vezes, sendo que a iniciativa privada não conseguiu resolver o problema do município (vide Editorial).

## CPI da ALERJ convoca o presidente da CEDAE



Alberto José Mendes foi convocado pela CPI para explicar suas declarações à imprensa

O presidente da CEDAE, Alberto José Mendes, foi chamado a depor na Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI -, que apura irregularidades na privatização da CEDAE. O depoimento do engenheiro está marcado para quarta-feira (dia 4/08), às 14 horas, na Alerj. Segundo o presidente da CPI e líder do PMDB na Assembléia Legislativa - Alerj -, deputado Henry Charles, o presidente da CEDAE vai ter de explicar as declarações feitas ao Jornal Fluminense de que o governo do Estado iria entregar os serviços de Saneamento de Niterói à prefeitura para que esta os privatizasse.

Durante o depoimento do presidente da CEDAE, o presidente da ASEAC, Dario Mondego, vai participar como assessor especial da CPI. Convidado pelo deputado pemedebista, Mondego considerou que é papel da ASEAC esclarecer os parlamentares sobre os riscos que a privatização do Saneamento Básico representa para a saúde da população.

Já o presidente da CPI, deputado Henry Charles, afirmou que o governador Anthony Garotinho mentiu à Alerj, quando pediu que os parlamentares retirassem a CEDAE do Programa Estadual de Desestatização- PED: "Ora, o governador disse aos parlamentares que não podíamos permitir a privatização da CEDAE, considerando-se a sua eleição, que teve como uma de suas principais bandeiras a promessa de manter a Empresa no Setor Público. Naquela ocasião, o PMDB e vários outros partidos, em respeito ao resultado das urnas, retiraram a CEDAE do PED. Logo, a atitude do governador Garotinho hoje, que fala em privatizar a CEDAE, é incoerente".

Segundo o líder pemedebista, tudo in-

dica que o governador Garotinho não deixou Marcello Alencar privatizar a CEDAE porque ele próprio é quem queria vender a Empresa. Agora, está claro que o ex-presidente da Empresa, Marcos Helano Montenegro, só perdeu o cargo porque não concordava com a privatização" - disse o deputado.

Henry Charles estranhou que o próprio partido do governador Garotinho se utilize desse artifício de municipalizar para depois privatizar na ponta: "Isto é uma contradição. O PMDB e vários outros partidos não concordam. Somos contra".

Para o líder do PMDB, os parlamentares consideraram que a população votou no pedetista Anthony Garotinho, porque este era contra a privatização da CEDAE: "Portanto, não se justifica, agora, que um prefeito do partido do governador venha defender a privatização da Empresa", disse, referindo-se à tentativa do prefeito de Niterói, Jorge Roberto Silveira, de privatizar os serviços locais.

Henry Charles estranhou o fato de que o governador Garotinho, durante a sua campanha, tenha se comprometido a manter a CEDAE no setor público e agora, sem nenhuma lógica, tenha simplesmente mudado de idéia. A Alerj, a CPI - que ainda não acabou - quer saber o que está acontecendo de fato para esta mudança de comportamento do governador: "Afim, não podemos ignorar que Garotinho se comprometeu também a utilizar os recursos arrecadados pela empresa para aumentar e melhorar o atendimento à população carente". O líder do PMDB disse que, ao se posicionar contra a privatização da CEDAE, está agindo de acordo com as promessas de campanha do governador eleito.





# Decisão nas mãos de Garotinho

## Prefeito de Teresópolis admite rever decisão de municipalizar, mas exige soluções para o atendimento à população carente que habita a periferia

O prefeito de Teresópolis, Mário Tricano, pediu um prazo de 60 dias para concluir um estudo ambiental sobre as reais necessidades de Saneamento Básico da população do Município, antes de renovar o convênio que da prefeitura com a CEDAE ou decidir por outro caminho para operar os serviços de abastecimento local. Neste meio tempo, a Diretoria do Interior da Companhia pretende iniciar um projeto destinado a ampliar a rede de abastecimento local, para garantir o atendimento a cerca de três mil pessoas que residem na periferia da cidade e ainda não haviam sido atendidas, porque o governo federal fechou todas as fontes de recursos às empresas públicas do setor.

A conversa foi realizada no último dia 14 de julho, na sede do governo de Teresópolis, entre o prefeito e diversos representantes do setor, entre os quais o Secretário Geral do Sindicato de Niterói, Jorge Luiz de Almeida Cardoso (Duda); o presidente e o vice da ASEAC, Dario Mondego e Paulino Cabral da Silva; o representante da Diretoria do Interior da CEDAE, Heleno Souza e Silva; o vice-Presidente do CREA, José Silvério Barboza; e o Diretor do Sindicato dos engenheiros, Cândido Francisco dos Santos.

Tricano adiantou que, além da autorização para municipalizar, dispõe, também, de um outro projeto, aprovado paralelamente, que o autoriza a renovar o convênio com a CEDAE:

“Não preciso de mais nada, é só assinar. Mas hoje não adianta dizer que está tudo bem, pois não quero tomar nenhuma posição precipitada, para depois não dizerem que eu voltei atrás”, disse Mário Tricano, admitindo a hipótese de recuar da proposta de municipalizar os serviços, desde que a companhia estadual possa atender integralmente à população. Em seguida, negou a intenção de privatizar os serviços: “Nunca falei em privatização”, disse ele. Independente de qualquer solução adotada, o vice-Presidente do Sindicato de Niterói, que articulou o encontro, pediu ao prefeito para manter do diálogo, até que seja encontrada uma solução para o problema, de preferência, que seja de consenso entre os técnicos e o Poder Público local.

Fotos: Orestes Moreira



Depois de se reunir com representantes do setor de Saneamento, o prefeito de Teresópolis revelou que já tem autorização para renovar o contrato com a CEDAE



O presidente da ASEAC defendeu a gestão participativa para o setor

### Descentralização e autonomia

Ao falar com o prefeito, o presidente da ASEAC, Dario Mondego, explicou que também não concorda como esta CEDAE que está aí, que foi destruída pelo governo passado. Temos que buscar os meios necessários para fortalecê-la”, afirmou.

Mondego lembrou, no entanto, que o modelo que o governo federal vem tentando implantar no país vai transformar o setor num monopólio internacio-

nal, o que não interessa à população e, muito menos, aos prefeitos pois não resolve o problema das camadas mais pobres. Segundo o presidente da ASEAC, os técnicos da CEDAE não negam a titularidade dos municípios como Poder Concedente, “mas estamos questionando a capacidade técnica para operar os serviços com os quais não tem qualquer tradição”. Ele citou o exemplo do município de Parati, que está solicitando à CEDAE que reassuma o controle do abastecimento local, depois de uma desastrosa experiência de municipalização dos serviços, cuja deficiência no processo de tratamento chegou a colocar a população em risco.

### Metas definidas

Representando a Diretoria do Interior, o engenheiro Heleno Silva e

Souza, que também é vice-Presidente da AFTAE, reforçou a tese de que a luta dos técnicos da CEDAE é pela preservação do Saneamento público, para resguardar os interesses da população. “Tenho 27 anos de Companhia e em todo esse tempo o que temos feito é em nome das populações miseráveis, que vão acabar morrendo se o Saneamento for privatizado”.

Segundo Heleno, Teresópolis é uma das cidades mais bem atendidas, pois no resto do Estado do Rio, o índice de mortalidade infantil é muito grande. “Mesmo assim, já estamos equacionando um projeto para complementar a rede local e garantir o atendimento a toda a população”, assegurou. Ele disse ainda que a proposta da CEDAE é retomar o convênio com a Prefeitura para estabelecer metas de atendimento, definindo, inclusive, um projeto para a implantação de um sistema de esgotamento sanitário no Município. “É muito importante que fique claro que a CEDAE, hoje, está sendo dirigida pelo próprio governador, através do presidente Alberto José Mendes Gomes”, afirmou.





O vice-Presidente da AFTAE chamou a atenção para a prioridade que o setor comercial da CEDAE ganhou na atual gestão, "que é fundamental para a recuperação da Companhia", e que poderá dar uma resposta rápida às expectativas da população de Teresópolis e de outros municípios do interior.

**Bagagem tecnológica**

Também presente à reunião com Mário Tricano, o diretor do Sindicato dos Engenheiros, Cândido Francisco dos Santos, manifestou sua satisfação com a preocupação do prefeito em relação às camadas mais carentes da população da cidade. O engenheiro lembrou a bagagem tecnológica adquirida pelos profissionais da CEDAE durante todos esses anos atuando no setor de Saneamento Básico – "coisas que não se aprendem na universidade".

Cândido dos Santos pediu paciência ao prefeito do Município, para que haja tempo de se desenvolver um trabalho conjunto que solucione o problema e evite uma decisão precipitada, "em especial o estudo ambiental". Na opinião do Diretor do Sindicato, é possível atender às comunidades de Teresópolis e de outras cidades do interior, "e nós temos que tentar atendê-las de forma conjunta, numa gestão compartilhada com o Poder Público Municipal".

Por sua vez, o representante do CREA lembrou as experiências ruins por que passou a população do estado do Rio com a privatização da CERJ e da Light. "O CREA é uma espécie de Tribunal dos Engenheiros, muito ligado à sociedade. Nós acompanhamos isso: com a privatização, vieram as demissões e, em consequência, os apagões", lembrou.

O vice-Presidente da ASEAC, Paulino Cabral da Silva, elogiou o espírito público do prefeito, por sua preocupação com a população carente. E deu razão a Tricano, quando reclama da falta de participação das prefeituras nos termos do convênio anterior entre a Prefeitura e a CEDAE: "Nossa proposta é que o poder local participe das decisões da Companhia, através de um Conselho ou de uma outra forma a ser discutida com os prefeitos, como prevê o Modelo de Gestão idealizado pelos técnicos da ASEAC". Em seguida chamou a atenção para a importância do projeto de melhoria da arrecadação da CEDAE, que poderá viabilizar as obras de saneamento necessárias: "Os recursos vão aparecer com programas de corte, principalmente no Rio de Janeiro, e que poderão se estender até o interior", concluiu, lembrando a experiência positiva da Sabesp em São Paulo.

# Desabafo revela antigas rivalidades

- Não sou homem de duas caras e nem de prejudicar ninguém. Sempre defendi o povo. Ganhei duas eleições por isso. Hoje, posso afirmar que se juntarmos todos os candidatos a prefeito da cidade, eu tenho mais votos do que todos eles juntos, porque sempre defendi o povo. Não tenho nada contra ninguém da CEDAE, mas preciso resolver o problema de parte da população daqui, pois há famílias que não têm água sequer para tomar banho, quanto mais para beber. São obrigadas a usar fontes contaminadas ou esperar a água escorrer do telhado.

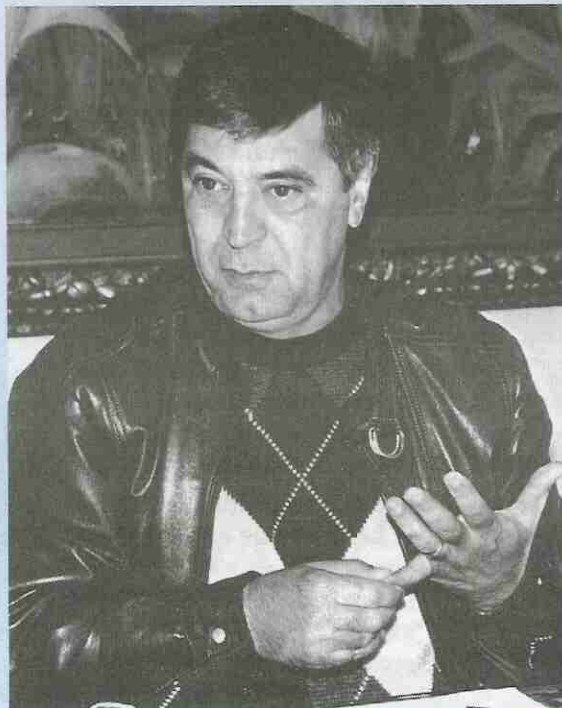
O desabafo é do prefeito Mário Tricano, ao conceder entrevista exclusiva ao Jornal da ASEAC, exercendo seu direito democrático de resposta às acusações formuladas pelo deputado federal Luís Ribeiro (PSDB) e pela vice-Prefeita, Afaf Francis Ribeiro. Os dois acusaram Tricano de estar propondo a municipalização dos serviços de abastecimento de água da cidade para

**"Sou prefeito ligado ao governador Garotinho muito antes de ele ganhar as eleições. É diferente de muitos outros, que pegaram carona no carro depois, apenas para desfilarem."**

abrir caminhos à privatização do saneamento local. O prefeito fez questão de afirmar que aprovou na Câmara de Vereadores uma autorização para municipalizar a CEDAE, mas negou que tenha falado em privatização da Companhia: "Procuro apenas o direito dos cidadãos de ter água em casa, até porque não sou dono de nada para privatizar, mas também não tenho intenção de esconder nada. A questão da água é um problema da cidade que tem que ser resolvido", afirmou.

**Depoimento mentiroso**

- Há políticos e políticos. O depoimento do deputado Luís Ribeiro em que me acusa de tentar privatizar a CEDAE é mentiroso. Na época da privatização do Banerj, o então deputado estadual fez discursos contra a privatização do Banco, mas



Mário Tricano: "Nunca falei em privatização."

desceu a serra e votou pela privatização na ALERJ. Fez o mesmo com a CERJ. Mais tarde foi a vez da CEDAE, quando estive afastado da prefeitura, e sua mulher – a vice-prefeita Afaf Ribeiro – assumiu a função – disse Tricano.

Segundo o prefeito, o deputado reuniu um grupo de vereadores na casa dele "para preparar o golpe da licitação da CEDAE em Teresópolis". Tricano revelou que esses mesmos vereadores teriam lhe procurado depois para relatar a proposta do deputado, a quem respondeu que se fosse para o bem da população poderia concordar. "E é esse o deputado que vem para o Jornal de vocês falar essas coisas. Ele é um desclassificado. O vereador Paulo Maia participou desse encontro e pode confirmar o que estou dizendo", disse ele, citando um a um os nomes dos vereadores que estiveram na referi-

**"Se os dois deputados estão tão preocupados, porque até hoje não buscaram recursos para resolver os problemas da comunidade. Não fizeram, porque eles vivem da miséria do povo."**

da reunião.

O chefe do Executivo de Teresópolis desmentiu, também, as informações dadas em público pela vice-prefeita, durante o encontro realizado na Câmara de Dirigentes Lojistas da Cidade com a sociedade local, de que teria confidenciado a ela a sua intenção de privatizar a CEDAE: "Há muitos anos não falo com essa senhora, aliás, nem cumprimento a ela ou ao seu marido; além disso, confidencialmente, só falo com a minha mulher. Mas a verdade é que esse movimento de privatização na cidade partiu dele, deputado", disse o prefeito em tom irritado.

Mário Tricano admitiu que a Audiência Pública realizada depois que o Legislativo autorizou a municipalização dos serviços de Saneamento esbarrou na falta de alguns dados importantes para a continuidade do processo. Daí a iniciativa de fazer um estudo ambiental, para levantar as necessidades da população para os próximos 20 a 25 anos, no que se refere a Saneamento Básico. O prefeito informou que já conversou com o presidente da CEDAE sobre o assunto "e ele foi muito atencioso, tem me recebido muito bem. Só me preocupa as colocações de a Companhia está deficitária, sem recursos para investir para colocar água nos locais onde a cidade ainda não está abastecida",

afirmou. Em seguida, Tricano pediu aos técnicos da Empresa e aos sindicatos que exerçam seu poder de fiscalização para evitar desmandos políticos na Companhia, como ocorreu no passado.



# Contrato de concessão é ilegal

## CPI recomenda ao Município o cancelamento do contrato que privatizou os serviços e responsabilizava a prefeitura pelo pagamento dos inadimplentes

“O contrato de concessão, assinado pelo ex-prefeito Sérgio Mendes, é ruim para os interesses do Poder Público concedente, além do que é descabidamente e ilegalmente benevolente em relação à concessionária.”

O contrato de concessão para exploração dos serviços de água e esgotos de Campos, assinado entre o município e a empresa “Águas do Paraíba” é ilegal e deve ser anulado. A conclusão é da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - aberta pela Câmara de Vereadores local para analisar a questão. No relatório final, concluído no último dia 17 de julho, o relator da CPI, vereador Antônio Carlos Rangel, concluiu ainda que o contrato de concessão, assinado pelo ex-prefeito Sérgio Mendes, é ruim para os interesses do Poder Público concedente, além do que é “descabidamente e ilegalmente benevolente em relação à concessionária”.

A conclusão da CPI é de que o ex-prefeito Sérgio Mendes é o principal responsável pela assinatura do contrato. Aliás, para o relator da CPI, vereador, Antônio Carlos Rangel, o Poder Executivo municipal deve anular tal contrato, “requerendo (...) as providências cabíveis junto à Procuradoria Geral do Município, no sentido da anulação da concessão, revendo o Poder Público seus próprios atos, conforme permite súmula do Supremo Tribunal Federal”.

**Ao invés de privatização, vereadores querem Conferência Municipal de Águas e Saneamento**

Nas suas conclusões, o relatório recomenda ainda a imediata convocação de uma Conferência Municipal de Águas e Saneamento, que discuta e defina a política do município nessa área vital. Ao finalizar, relator da CPI recomenda ao presidente da Câmara de Vereadores o envio do Relatório ao Ministério Público Estadual, requerendo-lhe a apuração

das várias denúncias expostas e “a apuração de eventual crime previsto no artigo 342, do Código Penal”, envolvendo a ex-presidente da Empresa Municipal de Habitação - Emhab -, Marivalda Benjamin e o sr. Arialdo Henriques, tudo de conformidade com o artigo 58 da Constituição Federal”. Os dois são considerados pela Comissão “secundariamente” responsáveis pelas irregularidades contidas no contrato de concessão dos serviços de Saneamento de Campos.

O relator da CPI, vereador Antônio Carlos Rangel, explicou ainda que o próprio Tribunal de Contas do Estado - TCE - contestou diversas informações passadas pela equipe do ex-prefeito Sérgio Mendes em Parecer, enviado à CPI, no dia 23 de junho último. Segundo o parecer do TCE, não é verdade que o Tribunal tenha se manifestado ou orientado o edital de licitação sobre o prazo da concessão de 30 anos ou mesmo outros itens, como o regime da concessão, os valores das tarifas, o corte no fornecimento dos serviços para os inadimplentes e a contratação com ônus para o município. O parecer do TCE deixa claro que há cláusulas ilegais, outras irregulares, outras danosas ao consumidor, outras prejudiciais ao Poder Público sem que ninguém assuma a responsabilidade por elas estarem no contrato de concessão.

**Um contrato que responsabilizao município pela inadimplência**

Uma das aberrações do contrato assinado pelo ex-prefeito Sérgio Mendes com a Empresa Águas do Paraíba é a cláusula que estabelece aspectos da remuneração da concessionária. Segundo o vereador Antônio Carlos Rangel, a cláusula quarta considera que as tarifas, cobradas sobre os serviços pres-

tados, deverão, entre outros fatores, atender “a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato”. Neste caso, pergunta o relator: - E, se este desequilíbrio econômico-financeiro for uma consequência da incompetência ou ineficiência da própria empresa? Pelo contrato, mesmo considerando-se esta hipótese, as tarifas seriam majoradas para restabelecer as finanças da concessionária.

Antônio Carlos Rangel explicou que a mesma cláusula estabelece que “caso a concedente, por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, decida não autorizar o reajuste e/ou revisão das tarifas e da tabela de prestação de serviço, quando estes se fizerem necessários, em decorrência de quaisquer motivos causadores de desequilíbrios econômico-financeiro, no Contrato, a própria concedente será responsável pelo reembolso mensal, dos valores necessários à retomada do referido equilíbrio no contrato”. Para o relator, apenas com a inserção desta cláusula, a concessionária poderia praticar, como bem entendesse um regime administrativo temerário, pois qualquer prejuízo seria pago pelo erário público.

Outra cláusula a ser criticada no referido contrato é a que trata das obrigações da concessionária, que estipula que a prestação do serviço poderá ser sustada em relação ao usuário inadimplente. O relator da CPI explicou que esta cláusula é ilegal, pois agride o Código de Defesa do Consumidor, que prevê que “os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimentos, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e quanto aos essenciais, contínuos”.